



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
AUDITORIA INTERNA - AUDIN**

**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-
UNIR
EXERCÍCIO 2018**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
AUDITORIA INTERNA - AUDIN**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGU – Controladoria Geral da União
CONSAD – Conselho Superior de Administração
CONSEA – Conselho Superior Acadêmico
CONSUN – Conselho Universitário
FONAI-MEC – Fóruns Nacionais de Auditores Internos das instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação
IFES – Instituição de Ensino Superior
IN – Instrução Normativa
ISC – Instituto Serzedello Corrêa
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC – Ministério da Educação
NA – Nota de Auditoria
PAINT – Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna
RAINT – Relatório Anual de Auditoria Interna
SA – Solicitação de Auditoria
AUDIN – Auditoria Interna
SFC – Secretaria Federal De Controle
SIAFI – Sistema de Administração Financeira
SIMEC – Sistema de Ministério da Educação
SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionária
UNIR – Fundação Universidade Federal de Rondônia



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
AUDITORIA INTERNA - AUDIN**

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 RELAÇÃO DE MACROPROCESSOS OU TEMAS PASSIVEIS DE SEREM TRABALHADOS.....	7
3 IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS OU TEMAS A SEREM DESENVOLVIDOS NO EXERCÍCIO SEGUINTE.....	11
4 ESTIMATIVA DE HORAS DESTINADAS À AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	17
5 CONCLUSÃO.....	18

Lista de quadros

Quadro 1 - Áreas de atuação da AUDIN.....	5
Quadro 2 - Matriz de risco AUDIN.....	8
Quadro 3 - Macro processos ou temas a serem auditados.....	12
Quadro 4 - Cronograma de capacitação.....	17

1 INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) para o exercício de 2018, foi elaborado segundo as normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União, prevista na Instrução Normativa (IN) nº 24, de 17 de novembro de 2015, contemplando as atividades de auditoria da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

O objetivo definido pela Auditoria Interna (AUDIN) para a execução do PAINT é contribuir para que a gestão dos recursos depositados pela sociedade seja conduzida dentro os princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade, observando-se a conformidade na utilização dos recursos e o desempenho institucional, com acompanhamento, controle e avaliação dos resultados.

Para atingir esse objetivo, o presente plano prevê a realização de auditorias nas unidades administrativas e operacionais da instituição, com foco nas seguintes áreas:

Quadro 1 - Áreas de atuação da AUDIN

<p>Área 1 – Controles da Gestão</p>	<p>A auditoria nessa área consiste, basicamente, em relacionar todas as recomendações, sugestões e determinações, feitas pelas unidades de controle, conferindo se o órgão/entidade implementou essas deliberações. Como exemplo, se o Tribunal de Contas da União e o Conselho Fiscal determinarem ações para sua implementação pela Petrobras, a auditoria governamental deverá averiguar, por meio de monitoramento, se os gestores da Sociedade cumpriram tais determinações, ou se estão em fase de implementação, ou se não realizaram nenhuma ação inerente às deliberações.</p>
<p>Área 2 – Gestão Orçamentária e financeira</p>	<p>A auditoria nesta área trata de averiguar se as receitas e despesas, correntes e de capital, foram executadas conforme sua programação inicial. Uma despesa corrente não pode ser executada como se fosse despesa de capital, assim como não se pode aplicar recursos públicos em programação diferente da inicialmente planejada. A análise deve verificar se a execução da despesa estava de acordo com a finalidade do Programa de Trabalho e compatível com o objeto da despesa empenhada. As análises realizadas na área da gestão financeira focam suas atenções para os recursos disponíveis, realizáveis, exigíveis e para a análise das demonstrações contábeis. Quando a administração efetua um pagamento, é necessário que este pagamento corresponda ao objeto que foi anteriormente registrado no Empenho. É necessário verificar se todos os tributos e contribuições exigidos foram retidos e recolhidos, devendo ser confirmados por meio das guias de recolhimento específicas.</p>

Área 3 – Gestão de Recursos Humanos	A auditoria na gestão de recursos humanos envolve a análise de atos desde o provimento da vaga até a aposentadoria do agente público, passando pela análise da remuneração, benefícios, gratificações, adicionais, indenizações, seguridade social e regime disciplinar.
Área 4 – Gestão Patrimonial	A auditoria na área patrimonial deve verificar se o órgão/entidade concluiu o levantamento anual dos inventários físicos e financeiros dos bens móveis e imóveis, a fim de verificar o estado de cada bem ou apurar a responsabilidade pelo extravio de algum deles. Cada bem deve estar identificado por setor, com registro patrimonial e com os respectivos Termos de Responsabilidade.
Área 5 – Gestão de Suprimento de Bens e Serviços	Esta é a área mais complexa da Administração Pública, pois quase todos os pagamentos efetuados pela administração passam pelo setor de aquisição de bens e serviços. Os procedimentos para aquisição devem ser formalizados por meio de processos que podem se dar por inexigibilidade ou dispensa de licitação ou por modalidades (Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Pregão) que variam conforme o objeto a ser adquirido e/ou seu preço, definidos na legislação de licitações e Contratos.
Área 7 – Gestão Operacional	A auditoria nesta área consiste em avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos/entidades da administração pública, dos programas de governo e das atividades, com a finalidade de verificar os aspectos da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e qualidade, procurando auxiliar a administração na gerência e nos resultados, por meio de recomendações que visem aprimorar os procedimentos, melhorar os controles e aumentar a responsabilidade gerencial.
Área 6 – Gestão das Atividades Finalísticas	A auditoria está associada às atividades fim da organização ou diretamente envolvidos no atendimento às necessidades dos seus cidadãos.
Área 7 – Gestão de TI	Auditoria associada ao conjunto de atividades, projetos e metodologias criadas com recursos de computação ou não com a finalidade de alinhar a Tecnologia da Informação às estratégias do negócio.

Para focar nas ações mais significativas da instituição, o PAINT foi planejado, considerando os critérios de materialidade, criticidade e relevância definida a partir de análise da MATRIZ DE RISCO AUDIN.

Observando cumprir o artigo 4º da IN nº 24/2015-CGU, o PAINT foi elaborado com o objetivo de alimentar as seguintes informações:

Art. 4º O PAINT conterà, no mínimo:

I - Relação dos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco, com a descrição dos critérios utilizados para a sua elaboração;

II - Identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos; e

III - estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.

§ 1º A matriz de risco conterà o resultado da análise dos riscos associados a um macroprocesso ou tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão ou entidade pública.

§ 2º As ações de capacitação e participação em eventos previstas no PAINT deverão estar alinhadas às atividades de auditoria, de acordo

com o seu caráter multidisciplinar e a atuação profissional dos servidores.

Considerando ainda, o cumprimento dos artigos 5º e 6º da IN nº 24 - CGU 2015:

Art. 5º A proposta do PAINTE deverá ser submetida à análise prévia do respectivo órgão de controle interno até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução.

Art. 6º O respectivo órgão de controle interno deverá encaminhar manifestação sobre a proposta do PAINTE à unidade de auditoria interna no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, incluindo, quando for o caso, recomendação de inclusão de macroprocessos ou temas que não tenham sido programados.

Considerando ainda, o cumprimento dos artigos 7º da IN nº 24 - CGU 2015:

Art. 7º O Conselho de Administração ou a instância com atribuição equivalente ou, inexistindo, o dirigente máximo do órgão ou entidade, deverá aprovar o PAINTE até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução.

Considerando ainda, o cumprimento dos artigos 8º da IN nº 24 - CGU 2015:

Art. 8º O PAINTE, devidamente aprovado, será encaminhado ao respectivo órgão de controle interno até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício a que se aplica.

Como critérios de relevância são associados os programas de trabalho que representam maior identidade com a principal atividade da instituição, considerando que estão diretamente vinculados ao Ensino de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão. Contudo não significa que os demais programas e atividades deixarão de serem acompanhados.

Outro desafio das ações da AUDIN será sedimentar a cultura de que o foco das ações deve estar sempre voltado ao interesse público, buscando o comprometimento e a participação dos gestores dos diversos níveis da comunidade acadêmica no alcance dos objetivos institucionais.

Nesse contexto, a atuação da AUDIN/UNIR visa à melhoria constante da gestão dos recursos, desenvolvendo ações com independência e respeito à legislação, estreitando os laços de parceria com os diversos órgãos de controle governamental e enfatizando sempre a transparência da gestão, com proposição de meios que facilitem o controle social sobre os atos da Universidade e que permitam ao cidadão o acesso à informação, como preconiza a legislação que trata do tema.

2 RELAÇÃO DE MACROPROCESSOS OU TEMAS PASSIVEIS DE SEREM TRABALHADOS

Os Macro processos ou temas passíveis de auditoria estão descritos e classificados conforme a Matriz de Risco AUDIN, considerando as seguintes variáveis:

- Resultado da última avaliação de risco
- Tempo em relação a última auditoria realizada
- Monitoramento de auditoria
- Existência de normativo
- Materialidade
- Relevância

Quadro 2 - Matriz de risco AUDIN

PROCESSO/ATIVIDADE	VARIÁVEL 1			VARIÁVEL 2			VARIÁVEL 3		VARIÁVEL 4		VARIÁVEL 5			VARIÁVEL 6		RISCO	
	Resultado da última avaliação			Última Auditoria – Tempo			Última Auditoria – Monitoramento (CRITICIDADE)		Existência de Normativo		Materialidade			Relevância			
	Classificação do Risco	Pontuação	Ult. Ano Auditoria	Realizada há (anos)	Pontuação	% (Atend. Recomendações)	Pontuação	Há Normativo?	Pontuação	R\$	%	Pontuação	ÁREA	Pontuação	PO N-TOS	CLASSIFICAÇÃO	
Acompanhamento da gestão de contratos	GSPS	BAIXO	0	2013	Acima de 3 anos	5	100%	1,00	SIM	1,00	R\$ 187.393.075,00	71%	5	MEIO	3	15	MODERADO
Auditoria nos processos de pessoal – Admissão, aposentadoria, pensões,	GRH	MODERADO	1	2014	Entre 1 a 3 anos	3	100%	1,00	SIM	1,00	R\$ 215.274.496,00	82%	5	MEIO	3	14	MODERADO
Gestão dos Bens Móveis	GP	MODERADO	1	2014	Entre 1 a 3 anos	3	42%	3,00	SIM	1,00	R\$ 187.393.075,00	71%	5	MEIO	3	16	MODERADO
Gestão do patrimônio Imobiliário	GP	SIGNIFICATIVO	3	2014	Entre 1 a 3 anos	3	0%	5,00	SIM	1,00	R\$ 187.393.075,00	71%	5	MEIO	3	20	SIGNIFICATIVO
Gestão da Frota	GP	MODERADO	1	2014	Entre 1 a 3 anos	3	0%	5,00	SIM	1,00	R\$ 187.393.075,00	71%	5	MEIO	3	18	MODERADO
Gestão de Obras em Andamento	GP	MODERADO	1	2017	Até 1 ano	1	65%	3,00	NÃO	5,00	R\$ 187.393.075,00	71%	5	MEIO	3	18	MODERADO
Avaliação de metas do PPA	CG	MODERADO	1	2014	Entre 1 a 3 anos	3	100%	1,00	SIM	1,00	R\$ 184.110.653,00	70%	5	FIM	5	16	MODERADO
Avaliação da Regularidade do Processo Licitatório	GSBS	MODERADO	1	2015	Entre 1 a 3 anos	3	100%	1,00	SIM	1,00	R\$ 187.393.075,00	71%	5	MEIO	3	14	MODERADO
Verificação da Regularidade na Emissão e Registro de Diplomas Aca-	GAF	MODERADO	1	2015	Entre 1 a 3 anos	3	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 184.110.600	70%	5	FIM	5	24	SIGNIFICATIVO

dêmicos											53,00	%					
Concessão de Progressão Funcional Docente	GRH	MODE-RADO	1	2015	Entre 1 a 3 anos	3	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 215.274.496,00	8,2%	5	MEIO	3	18	MODE-RADO
Taxa de Sucesso dos Cursos	CG	MODE-RADO	1	2015	Entre 1 a 3 anos	3	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 184.110.653,00	7,0%	5	FIM	5	20	SIGNIFICATIVO
Avaliação do cumprimento das metas do PDI 2014 e 2015	CG	SIGNIFICATIVO	3	2016	Entre 1 a 3 anos	3	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 184.110.653,00	7,0%	5	FIM	5	26	ALTO
Avaliação dos controles internos Administrativos	CG	MODE-RADO	1		Acima de 3 anos	5	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 187.393.075,00	7,1%	5	MEIO	3	24	SIGNIFICATIVO
Avaliação quanto ao protocolo de entrega de notas e frequências aos discentes e Dirca	GAF	SIGNIFICATIVO	3	2016	Entre 1 a 3 anos	3	50%	3,00	SIM	1,00	R\$ 184.110.653,00	7,0%	5	FIM	5	20	SIGNIFICATIVO
Cumprimento das normas acadêmicas	GAF	ALTO	5	2017	Até 1 ano	1	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 184.110.653,00	7,0%	5	FIM	5	22	SIGNIFICATIVO
Monitoramento dos Atos publicados no Boletim Interno	GRH	SIGNIFICATIVO	3	2017	Até 1 ano	1	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 187.393.075,00	7,1%	5	MEIO	3	18	MODE-RADO
Alugueis e cessão de Uso dos espaços institucionais	GSBS	MODE-RADO	1		Acima de 3 anos	5	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 187.393.075,00	7,1%	5	MEIO	3	20	SIGNIFICATIVO
Avaliação das ações de transparência institucional	GAF	MODE-RADO	1	2016	Entre 1 a 3 anos	3	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 187.393.075,00	7,1%	5	MEIO	3	22	SIGNIFICATIVO
Avaliação dos Restos a Pagar	CG	MODE-RADO	1		Acima de 3 anos	5	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 9.922.842,41	4%	1	MEIO	3	20	SIGNIFICATIVO
Acompanhamento dos programas de pós-graduação	GAF	ALTO	5	2017	Até 1 ano	1	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 184.110.653,00	7,0%	5	FIM	5	22	SIGNIFICATIVO
Acompanhamento do processo seletivo discente – Vestibulinho	GAF	SIGNIFICATIVO	3	2016	Entre 1 a 3 anos	3	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 184.110.653,00	7,0%	5	FIM	5	22	SIGNIFICATIVO
Avaliação da gestão de TI	GTI	SIGNIFICATIVO	3	2017	Até 1 ano	1	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 187.393.075,00	7,1%	5	MEIO	3	18	MODE-RADO
Avaliação dos afastamentos de Técnicos e Docentes	GRH	SIGNIFICATIVO	3		Acima de 3 anos	5	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 215.274.496,00	8,2%	5	MEIO	3	22	SIGNIFICATIVO

Avaliação do cumprimento do horário especial concedido aos servidores da instituição	GRH	SIGNIFICATIVO	3	2017	Até 1 ano	1	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 215.274.496,00	82%	5	MEIO	3	18	MODERADO
Avaliação do programa PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil)	GAF	MODERADO	1	2016	Entre 1 a 3 anos	3	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 184.110.653,00	70%	5	FIM	5	20	SIGNIFICATIVO
Avaliação de servidores com desvio de função na instituição	GRH	SIGNIFICATIVO	3	2017	Até 1 ano	1	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 215.274.496,00	82%	5	MEIO	3	22	SIGNIFICATIVO
Avaliação dos ressarcimentos ao erário	GRH	ALTO	5		Acima de 3 anos	5	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 121.911,67	0%	1	MEIO	3	24	SIGNIFICATIVO
Avaliação da folha de pagamento DNPM	GRH	ALTO	5		Acima de 3 anos	5	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 215.274.496,00	82%	5	MEIO	3	28	ALTO
Gestão de Suprimentos		ALTO	5		Acima de 3 anos	5	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 187.393.075,00	71%	5	MEIO	3	28	ALTO
Avaliação da fiscalização dos contratos		ALTO	5		Acima de 3 anos	5	0	5,00	SIM	1,00	R\$ 187.393.075,00	71%	5	MEIO	3	24	SIGNIFICATIVO
Acompanhamento da conformidade Contábil e de Gestão		ALTO	5		Acima de 3 anos	5	0	5,00	NÃO	5,00	R\$ 187.393.075,00	71%	5	MEIO	3	28	ALTO
Acompanhamento de Diárias e passagens – SCDP		ALTO	5		Acima de 3 anos	5	0	5,00	SIM	1,00		0%	1	FIM	5	22	SIGNIFICATIVO

3 IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS OU TEMAS A SEREM DESENVOLVIDOS NO EXERCÍCIO SEGUINTE

O planejamento dos trabalhos de auditoria para o exercício de 2018 considerou as normas da CGU, os Acórdãos do TCU, e as IN da UNIR, e foi construído considerando os seguintes fatores:

- A capacidade técnica e operacional da Auditoria Interna;
- As necessidades da Universidade Federal de Rondônia;
- A materialidade, a relevância e o grau de risco dos programas a serem auditados;
- O grau de eficiência ou fragilidade dos controles internos.

As ações de auditoria planejadas objetivam o aprimoramento dos controles internos, com a verificação do desempenho e da conformidade das atividades das Unidades gestoras, comparando-as com os objetivos e metas da instituição e com os preceitos legais e regulamentares vigentes.

Para fins de aferição do grau de risco considerou-se, sobretudo, a materialidade, relevância, tempestividade e criticidade, em termos financeiros e/ou quantitativos dos objetos auditados.

Os macro processos ou temas destacados para serem desenvolvidos no exercício de 2018 estão descritos com as seguintes características:

Área

Objeto

Relevância

Tipo de risco

Origem da demanda

Objetivos

Escopo

Cronograma

Quadro 3 - Macro processos ou temas a serem auditados

ÁREA	OBJETO	RELEVÂNCIA	TIPO DE RISCO	ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVOS	ESCOPO	CRONOGRAMA
Área 1 – Controles da Gestão	ELABORAÇÃO DO RAIN T 2017	Dispor de um instrumento de auto-avaliarão em relação ao exercício da atividade de auditoria interna, bem como dar visibilidade aos trabalhos executados para gestores, conselheiros e a sociedade.	Legal; Social; Conformidade	CGU	Apresentar os resultados alcançados pela AUDIN no exercício a que se refere o relatório, buscando evidenciar as medidas corretivas adotadas para o período.	Relato das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna no Exercício de 2017.	Janeiro
	ELABORAÇÃO DO PAINT 2019	Permitir a administração superior da IFES, aos órgãos de controle interno e externo, conhecer e acompanhar as ações programadas pela Auditoria Interna.	Legal; Social; Conformidade	Decreto 3591/2000	Descrever o planejamento das ações previstas para serem executadas pela Auditoria Interna no ano de 2017.	Elaboração do planejamento das ações da auditoria para o exercício 2019.	Outubro
	ELABORAÇÃO DOS QUADROS DO RELATÓRIO DE GESTÃO (Órgãos de Controle)	Trata-se de informação quanto ao atendimento das demandas dos órgãos de controle, pela instituição.	Legal; Social; Conformidade	TCU	Dar publicidade sobre o cumprimento das demandas dos Órgãos de Controle.	Elaboração dos quadros da Portaria do TCU.	Janeiro
	Exame e Parecer no Processo de Prestação de Contas da UNIR	Ação prevista nas normas legais, que indicam que a unidade de auditoria interna deva emitir parecer sobre a prestação de contas da Instituição.	Legal; Social; Conformidade	Decreto 3591/2000	Emitir parecer sobre a prestação de contas em atendimento às normas legais e estatutárias.	Verificação de atendimento das exigências do TCU com relação ao relatório de gestão e o processo de prestação de contas.	Fevereiro
	Monitoramento das Deliberações do TCU pendentes de atendimento.	Melhoria dos processos operacionais, dos controles internos e da aplicação dos recursos públicos, bem como maior aderência à legislação.	Ambiental, Social, Tecnológico, legal, Financeiro	IN nº 001/2001 da SFC	Acompanhar o atendimento das deliberações do TCU.	Proceder verificação dos planos de providências, documentos atendidos, análise e efetividade das respostas, acompanhando-os e orientando-os para efetiva corre-	Janeiro a Dezembro

			e Confor- midade.			ção das falhas, em consonân- cias com as recomendações exigidas.	
Monitoramento das recomendações da CGU pendentes de atendimento.	Melhoria dos processos operacionais, dos controles internos e da aplicação dos recursos públicos, bem como maior aderência à legislação.	Ambien- tal, Soci- al, Tecno- lógico, legal, Fi- nanceiro e Confor- midade.	IN n° 001/2001 da SFC	Acompanhar a im- plementação, das re- comendações da CGU..	Proceder a verificação dos planos de providências, do- cumentos atendidos, análise e efetividade das respostas, acompanhando-os e orien- tando-os para efetiva corre- ção das falhas, em consonân- cias com as recomendações exigidas.	Janeiro a De- zembro	
Monitoramento das recomendações da AUDIN pendentes de atendimento.	Melhoria dos processos operacionais, dos controles internos e da aplicação dos recursos públicos, bem como maior aderência à legislação.	Ambien- tal, Soci- al, Tecno- lógico, legal, Fi- nanceiro e Confor- midade.	IN n° 001/2001 da SFC	Acompanhar a im- plementação, das re- comendações da AUDIN.	Proceder verificação dos planos de providências, do- cumentos atendidos, análise e efetividade das respostas, acompanhando-os e orien- tando-os para efetiva corre- ção das falhas, em consonân- cias com as recomendações exigidas.	Janeiro a De- zembro	
Estudos e Consul- toria sobre Con- troles Internos	Atendimento a níveis de controles aceitáveis	Legal; Confor- midade	INSTRU- ÇÃO NORMA- TIVA CONJUN- TA MP/CGU N o 01, de de de 2016	Aprimorar o sistema de controle interno existente	Avaliar os controles inter- nos; verificar alternativas para seu aprimoramento.	Fevereiro a De- zembro	
Estudos e Consul- toria sobre Gover- nança Institucional	Adequação ao novo paradig- ma na gestão pública	Ambien- tal, Soci- al, Tecno- lógico, legal, Fi- nanceiro e Confor-	INSTRU- ÇÃO NORMA- TIVA CONJUN- TA MP/CGU	Consultoria para promoção e adoção de boas práticas de governança pública	Sensibilizar o dirigente máximo e os demais <i>stake- holders</i> quanto a adoção de boas práticas de governança pública	Junho a dezem- bro	

			midade.	N o 01, de de de 2016			
	Estudos e Consultoria sobre a Gestão de Riscos	Adequação ao novo paradigma na gestão pública	Ambiental, Social, Tecnológico, legal, Financeiro e Conformidade.	INSTRU- ÇÃO NORMA- TIVA CONJUN- TA MP/CGU N o 01, de de de 2016	Consultoria para promoção e adoção de boas práticas na gestão de risco institucional	Sensibilizar o dirigente máximo e os demais <i>stakeholders</i> quanto a adoção de boas práticas na gestão de risco	Março a Dezembro
Área 2 – Gestão Orçamentária e Financeira	Acompanhamento da Conformidade Contábil e de Gestão	Considerando que as execuções orçamentárias e financeiras têm uma repercussão direta e complexa sobre os recursos financeiros da União e que, segundo a IN SFC 01/2001, cabe à Auditoria Interna de cada Instituição verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução, bem como o desempenho da gestão da entidade quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária e financeira dentre outras, torna-se obrigatória a realização do acompanhamento bem como a sua avaliação.	Legal; Financeiro; Conformidade	IN n° 001/2001 da SFC	Verificar a ocorrência e a natureza das restrições nos lançamentos registrados no SIAFI e as providências tomadas no sentido de sanear as inconsistências que, por ventura, tenham ocorrido.	Analisar as informações prestadas pela conformidade contábil e de registro de gestão por meio de questionários e relatórios.	Abril e Maio
	Acompanhamento de Diárias e Pas-	Melhoria no processo operacional para concessão de diá-	Legal; Imagem,	IN n° 001/2001	aferir e avaliar as atuais condições dos	Análise por meio de relatórios emitidos no SCDP e ou-	Junho e Julho

	sagens	rias e passagens	Confor- midade; Financei- ro	da SFC	controles administra- tivos internos na área de concessão de diárias e passagens aos servidores.	tras ferramentas disponíveis.	
Área 3 – Ges- tão de Recur- sos Humanos	Avaliação da Fo- lha de pagamento	Análise dos procedimentos de admissão e desligamento de pessoal, cessão, requisi- ção e concessão de aposentadoria e pensão e avaliar as ações gerenciais e procedimentos relacionados ao processo de elaboração da folha de pagamento do pes- soal ativo, inativo, pensio- nistas e temporários, bem como, as documentações que suportam os pagamentos, au- xílios e benefícios.	Legal; Confor- midade; Financei- ro	IN n° 001/2001 da SFC/CGU	Aprimorar os pro- cessos de trabalho e de gestão com vistas à excelência operaci- onal na Folha de pa- gamento.	Acompanhar e avaliar os procedimentos de admissão e desligamento de pessoal, concessão de aposentadoria e pensão, cessão/requisição de pessoal por meio de ques- tionário. Comparar lançamentos nos sistemas SIAPE, SIAFI com os Processos formalizados para checar se estão lança- dos corretamente e em acor- do com a legislação vigente. Pretende-se analisar as inclu- sões/alterações da folha de pagamento de pessoal, dos registros efetuados no SIA- PE	Agosto e Setem- bro
	Avaliação do Res- sarcimento ao Erário	Aprimoramento na condução dos recursos a serem ressarcidos	Legal; Fi- nanceiro	IN n° 001/2001 da SFC/CGU	Avaliar o procedi- mento e a eficiência do processo de res- sarcimento ao erário	Verificar os controles inter- nos existentes e os procedi- mentos adotados para o res- sarcimento pontual e tem- pestivo no RH.	Outubro e No- vembro
Área 4 – Ges- tão Patrimo- nial							
Área 5 – Ges- tão de Supri- mento de Bens e Servi- ços	Avaliar a Gestão de suprimentos	Aprimorar os controles inter- nos, reduzindo possíveis fa- lhas na condução do proces- so de gestão.	Financei- ro; Con- formida- de	IN n° 001/2001 da SFC/CGU	Avaliar o processo de gestão de supri- mentos: Aquisição, guarda e distribuição dos recursos.	Verificar os controles inter- nos e os procedimentos ado- tados para o alcance dos on- jetivos da unidade.	Setembro
	Fiscalização de Contratos	Posicionamento do profissi- onal quanto a atribuições de- signadas.	Financei- ro; Con- formida-	IN n° 001/2001 da	Avaliar os procedi- mentos de controle pelos fiscais dos	Analisar os processos de execução dos Contratos, por meio dos registros de acom-	Novembro e de- zembro

			de	SFC/CGU	contratos, indicados por Portarias	panhamento emitidos pelo Fiscal, da documentação comprobatória, verificando os valores pagos, as retenções efetuadas e prestação dos serviços conforme o objeto	
Área 6 – Gestão das Atividades Finalísticas	Gestão de diplomas	O atendimento tempestivo na Unidade é essencial para o alcance da missão institucional.	Imagem; Conformidade; Legal	IN nº 001/2001 da SFC/CGU	Verificação da regularidade na emissão e registro dos diplomas acadêmicos (Graduação e Pós graduação)	Avaliar os controles internos da DIRCA; Verificar se a página da internet da DIRCA oferece informações básicas para os usuários; Verificar se os diplomas de graduação emitidos obedeceram aos tramites legais; Verificar se os diplomas de pós-graduação emitidos obedeceram aos tramites legais; Verificar se os diplomas revalidados obedeceram aos tramites legais. Verificar se os diplomas registrados de graduação de instituições particulares de ensino superior obedeceram aos tramites legais.	Novembro e dezembro
Área 7 – Gestão de TI							

4 ESTIMATIVA DE HORAS DESTINADAS ÀS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Quadro 4 - Cronograma de capacitação

N.º	AÇÃO	JUSTIFICATIVA	SERVIDORES	CRONOGRAMA	PERÍODO DE EXECUÇÃO		LOCAL DE REALIZAÇÃO
					DIAS	HORAS	
1	Participação no Fórum Nacional de Auditores Internos das Instituições Federais Vinculadas ao MEC-FONAI/MEC.	Intercâmbio com outras instituições de ensino; esclarecimento, busca de soluções aos problemas comuns no universo das Instituições de Ensino; Participação em palestras e mini-cursos.	4	A definir	5	40 por servidor	A definir
2	Curso Gestão de Riscos	Construir e/ou atualizar o conhecimento da equipe nas atividades de auditoria interna.	4	A definir	5	40 por servidor	A definir
3	Cursos de Capacitação voltados a Governança Pública	Construir e/ou atualizar o conhecimento da equipe nas atividades de auditoria interna.	4	A definir	30	30 por servidor	À distância (EAD)
4	Ações Educacionais do Programa de Desenvolvimento de Competências Técnicas do Instituto Serdezello Corrêa (ISC) /TCU	Participar de ações educacionais com enfoque em métodos e técnicas, ou em conhecimentos fundamentadores da atividade de controle.	4	A definir	30	30 por servidor	À distância (EAD)

5 CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna objetivam, em última instância, a adequação da gestão de riscos operacionais, dos controles internos administrativos e do processo de governança pública, proporcionando uma razoável garantia de que tais processos funcionem de acordo com o planejado, fazendo recomendações para a melhoria das operações da Universidade, em termos de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade do desempenho organizacional.

A AUDIN vem buscando assistir à organização na consecução de seus objetivos institucionais, propor melhorias nos controles internos administrativos e elaborar soluções mitigadoras dos riscos identificados, contribuindo, assim, de forma independente, objetiva e disciplinada, com o processo de governança.

Porto Velho-RO, 31 de outubro de 2017.

FÁBIO FERREIRA DA SILVA

Auditor Chefe

Portaria nº 1023/GR/UNIR de 30/09/2014.

Equipe da AUDITORIA INTERNA - UNIR:

Luciley Gomes de Souza – Auditora

Marcelo Ferreira Coelho – Auditor

Carene Dourado dos Santos – Administradora